



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de Cursos de Treinamento em Soluções de TI, conforme especificações e quantidades constantes da descrição do objeto, a fim de atender às necessidades de capacitação dos técnicos de Infraestrutura da Gerência de Tecnologia da Informação – GTI da PGE-RJ.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 A Contratação de Cursos de Treinamento em Soluções de Tecnologia da Informação, justifica-se pela necessidade de capacitar os servidores da CONTRATANTE que utilizam essas soluções em suas atividades profissionais diárias no âmbito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro.

2.2 A atualização constante da equipe de técnicos de Infraestrutura de TI da Gerência de Tecnologia da Informação da PGE RJ se faz de extrema necessidade, de modo a imprimir maior qualidade na sustentação do ambiente tecnológico desta instituição. Ademais, essa iniciativa está em consonância com um dos objetivos estratégicos da GTI, conforme apresentados no **Plano Diretor de TI e Comunicação – PDTIC da PGE**, na Perspectiva Pessoas, Aprendizagem, Crescimento, preconizando obrigatoriedade de “atuar na capacitação, desenvolvimento e organização das equipes que compõem a GTI, mantendo-as preparadas para executar suas atividades...”.

3. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1 Os Cursos de Treinamento em Soluções de TI serão ministrados pela Contratada conforme especificações e quantidades constantes do quadro abaixo:

Código	Curso	Tipo	Qtde.	Carga Horária
MS 20740	Installation, Storage, and Compute with Windows Server 2016	Presencial	2	40h
EDU-VSICM67-OE	VMWARE - VSphere Install, Configure, Manage	Presencial	2	40h
MS 20345-1	Administering Exchange Server 2016	Presencial	2	40h
RH124	Red Hat System Administration I	Presencial	2	40h



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

3.2 Para ministrar os Cursos de Treinamento em Soluções de TI, a Contratada se responsabilizará por:

- 3.2.1** Fornecimento do material didático (digital ou impresso) e do material de apoio (blocos, canetas e etc.) de uso dos participantes;
- 3.2.2** Infra-estrutura necessária à realização do treinamento;
- 3.2.3** Observância estrita do conteúdo programático previamente aprovada pela CONTRATADA, conforme Item 6.1.4;
- 3.2.4** Fornecer o curso Oficial, conforme o código do quadro de cursos presente no item 3.1;
- 3.2.5** Utilizar material de apoio oficial do fabricante do produto;
- 3.2.6** Fornecer os Certificados nominais para cada Servidor após a conclusão dos cursos.

4. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E ACEITAÇÃO

4.1 A Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, através do setor competente, a GTI/PGE-RJ, verificará e atestará o recebimento dos serviços mediante avaliação de Comissão Fiscalizadora que verificará:

- 4.1.1** Se os serviços atendem a todas as especificações previamente contratadas;
- 4.1.2.** A avaliação dos servidores participantes do curso, providenciada pela Contratada no decorrer das aulas, que deverá prever a atribuição de grau em conformidade com os critérios abaixo estabelecidos:
 - I (insatisfatório) – 0 a 25%
 - R (regular) – 25 a 50%
 - B (bom) – 50 a 75%
 - MB (muito bom) – 75 a 100%

4.2 A Contratante atestará a Nota Fiscal de cada curso realizado, se no mínimo 60% das avaliações indicarem os graus B (bom) e/ou MB (muito bom).

5. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

5.1 O CONTRATANTE deverá:

- 5.1.1** EFETUAR os pagamentos nas condições e preços pactuados;



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

5.1.2 Documentar e notificar por escrito a CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades nos certificados;

5.1.3 Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

6. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

6.1 A CONTRATADA deverá:

6.1.1 Disponibilizar local e infraestrutura para realização de treinamento;

6.1.2 Ministrar o treinamento de acordo com as especificações contratadas;

6.1.3 Fornecer material de apoio;

6.1.4 Fornecer, após 5(cinco) dias úteis da Assinatura do Contrato, a definição didática, o planejamento/conteúdo programático a ser ministrado e o material a ser apresentado e entregue no curso, para aprovação da CONTRATANTE.

6.1.5 O conteúdo deverá conter o programa detalhado;

6.1.6 Informar diariamente à Contratante, por e-mail, até às 12h, sobre ausência e atraso dos servidores da Contratante;

6.1.7 Realizar avaliação do curso;

6.1.8 Emitir certificados de conclusão no final de cada curso, para cada servidor participante;

6.1.9 Enviar para a Contratante cópia dos certificados nominais de conclusão, listas de presença e as avaliações do treinamento preenchidas pelos servidores da Contratante, em até 3(três) dias úteis após o término de cada módulo ou curso, descritos no item 3;

6.1.10 Designar um profissional que será responsável pela coordenação do serviço;

6.1.11 Disponibilizar, no ato da contratação, instrutor(es), monitor(es) ou consultor(es) alocado(s) aos serviços de treinamento objeto da contratação com certificação profissional da fabricante do produto;

6.1.12 Utilizar, na execução do contrato, material de apoio exclusivo desenvolvido pela Fabricante do Produto;

6.1.13 Realizar os treinamentos de cada curso descritos no item 3, conforme demanda da CONTRATANTE.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

7.1 A CONTRATADA deverá emitir as Notas Fiscais correspondentes aos Cursos ministrados após concluída a carga horária completa.

7.2 A CONTRATADA deverá indicar na Nota Fiscal/Fatura o número do Contrato (empenho) firmado com o CONTRATANTE.

7.3 A CONTRATADA deverá encaminhar as faturas à GTI/PGE-RJ para pagamento:

7.3.1 A GTI/PGE-RJ terá o prazo de até 15 (quinze) dias para atestar a nota fiscal e encaminhá-la para pagamento.

7.4 Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira atualmente contratada pelo Estado do Rio de Janeiro – atualmente o Banco Bradesco S/A –, cujo número e agência deverão ser informados pela CONTRATADA até a assinatura do Contrato:

7.4.1 No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro, ou caso verificada pelo Órgão Gestor a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

7.5 O prazo para pagamento das faturas será de 30 (trinta) dias, contados da data da entrada do documento de crédito na repartição competente, isenta de erros, previamente atestado por servidores que não o ordenador de despesas, designados para a Fiscalização do contrato:

7.5.1 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da Contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

7.6 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

7.7 Os pagamentos devidos à CONTRATADA não excederão os valores apresentados em sua proposta comercial.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às sanções previstas na Lei n.º 8.666/93 e demais normas pertinentes, assegurados, nos termos da lei, a ampla defesa e o contraditório;

11.1.1 A multa administrativa prevista no inciso II do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas, e poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade, não possuindo caráter compensatório e o seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

11.1.2 Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

9. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

9.1 Antes de apresentar a proposta a CONTRATADA deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas ao fornecimento em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrega ou alteração de qualidade.

9.2 O preço total proposto deverá considerar a consecução do objeto da presente aquisição, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes.

9.3 Todos os avisos, notificações, solicitações e comunicados só serão considerados recebidos se devidamente protocolados, remetidos via telegrama, *fax*, carta ou outro meio digital, salvo a abertura de chamados de manutenção.

9.4 A relação da CONTRATADA com o CONTRATANTE restringe-se ao alcance do objeto contratual, não implicando qualquer relação de subordinação hierárquica.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

9.5 Os casos omissos serão analisados pela Procuradoria Geral do Estado, à luz da legislação vigente, subsidiando posteriores decisões administrativas.